

## E LA NAVE VA... AS CELEBRAÇÕES DOS 500 ANOS NO BRASIL – AFIRMAÇÕES E DISPUTAS NO ESPAÇO SIMBÓLICO<sup>1</sup>

Micael Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira<sup>2</sup>

"(...)Já no largo Oceano navegavam,  
As inquietas ondas apartando;  
Os ventos brandamente respiravam  
Das naus as velas côncavas inchando;  
Da branca espuma os mares mostravam  
Cobertos, onde as proas vão cortando,  
As marítimas águas consagradas,  
Que do gado de Proteu são cortadas; (...)  
(Luís de Camões, *Os Lusíadas*)<sup>3</sup>

Resumo: As celebrações dos 500 anos do descobrimento do Brasil estimularam disputas simbólicas, em torno da imagem da "nação" brasileira. Estes conflitos aconteceram entre a comemoração oficial de um lado, e os protestos organizados por "minorias" do outro. Este trabalho analisa a repercussão destes eventos na mídia.

Palavras-chave: História, Comunicação, Memória, Cultura Brasileira.

### INTRODUÇÃO

As celebrações dos 500 anos do descobrimento do Brasil são uma ocasião extremamente rica e interessante para se observar as disputas simbólicas em torno da construção de uma imagem da "nação brasileira". Uma série de atividades marcou as celebrações: festas, seminários, passeatas, manifestações, exposições, produções artísticas e culturais bem como celebrações oficiais. Entretanto, apesar da pompa, como o próprio Governo reconheceu, a festa dos 500 anos, planejada para ser uma grande comemoração ao estilo da festa do bicentenário dos EUA, não obteve o resultado esperado. Acabou ofuscada, por um lado, pelos erros cometidos pelos próprios organizadores e, por outro, foi atropelada pela reação de expressivos movimentos sociais. Passado o 22 de abril, o Governo passou a se preocupar em reduzir o impacto – inclusive na mídia internacional – das críticas de grupos sociais minoritários como, por exemplo, índios, sem-terra e representantes do movimento negro que aproveitaram a ocasião para evidenciar a violência e as desigualdades sociais produzidas ao longo desses 500 anos. A palavra *exclusão* tornou-se lugar-comum na mídia e tomou conta da festa, programada para ser um evento de exaltação da unidade e identidade nacionais.

Dois depoimentos concedidos no calor da hora nos fornecem pistas para analisar os conflitos ocorridos. Segundo o assessor especial da presidência, Moreira Franco, "o grande equívoco foi comemorar os 500 anos em Porto Seguro, Bahia. Fez-se uma comemoração segundo a visão dos colonizadores, em vez de uma grande festa para toda a sociedade brasileira. A presença governamental também foi excessiva na organização. A festa não

<sup>1</sup> Agradecemos a colaboração de nossa assistente de pesquisa, Wanise Plischke, especialmente no levantamento do material biográfico.

<sup>2</sup> Pesquisadores do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM), professores da Escola de Comunicação da UFRJ e editores da revista *Lugar Comum. Estudos de Mídia, Cultura & Democracia*.

<sup>3</sup> Cf. Luís de Camões. *Os Lusíadas*. São Paulo, Melhoramentos, 1951, p. 13.

aconteceu como um movimento social cívico (...).<sup>4</sup> Na opinião do historiador José Murilo de Carvalho “as iniciativas oficiais de hoje em nada diferem das de 1922, no centenário da independência. Uma charge da época retratava o que estava ocorrendo. Um carioca dizia que o Governo só quer comemorar. Outro respondia que o povo só quer comer e morar. É o que está acontecendo agora: um Baile da Ilha Fiscal piorado. A novidade é a reação popular.”<sup>5</sup>

Os dois depoimentos sugerem, portanto, que esta comemoração pretendia reeditar o *script* de outras “celebrações nacionais” do passado, de pouca participação popular, de grande repercussão no plano simbólico e durante as quais os conflitos não se evidenciaram com tanta intensidade.

O que teria proporcionado essa repercussão negativa do evento? Seria apenas resultado da incompetência atribuída ao Ministro de Esportes e Turismo, Rafael Greca, em organizá-lo<sup>6</sup>? Ou será que a festa não estava preparada para comportar a explicitação das questões sociais e políticas que vêm mobilizando o país nos últimos anos e de modo geral a sociedade contemporânea? O fiasco da celebração dos 500 anos indicaria a crise da idéia de “nação brasileira”? Aliás, como indicam os movimentos separatistas e outros de fortes conotações locais, a idéia de nação não estaria hoje, de modo geral, em crise?

Todas essas perguntas, ao que tudo indica, parecem comportar em alguma medida uma resposta afirmativa. A proposta deste trabalho é analisar, através da mídia, de modo particular mas não exclusivo, os fortes conflitos que se estabeleceram, entre a comemoração oficial, promovida pelo Governo, em Porto Seguro, com a presença de autoridades nacionais e estrangeiras (especialmente portuguesas), e aquela, de caráter fortemente contestatório, organizada por diferentes “minorias” e grupos e/ou partidos políticos, em especial: representantes de grupos indígenas, populações negras organizadas e membros do Movimento dos Sem Terra (MST). Mais uma vez, foi possível observar a intensa controvérsia gerada por iniciativas que tentam afirmar e/ou veicular imagens de Brasil produzidas com o objetivo de recobrir o “conjunto da nação” bem como o quanto a identificação com essas imagens é um processo complexo tanto do ponto de vista da dinâmica social dos diferentes segmentos sociais quanto de seus universos simbólicos.

#### A VISIBILIDADE DOS DIFERENTES “BRASIS” - “+ 500” X “BRASIL, OUTROS 500”

De um lado, as celebrações do “descobrimento” apontam necessariamente para o momento do conflito inicial que marcou a formação de uma “nação brasileira” – o encontro dos europeus com os nativos (uma espécie de “pecado original” que nos marcaria a todos, brasileiros) – de outro, essa celebração ocorre num momento em que já não se aceita com tanta facilidade retóricas “nacionais” e totalizantes – hoje, os conflitos e suas marcas estão muito mais à flor da pele. Ao mesmo tempo, os grupo e/ou segmentos que, eventualmente, se sintam excluídos de um dado desenho hegemônico de Nação têm, hoje, amplo poder de organização e de expressão de seu descontentamento.

No século XIX, por exemplo, romances como *Iracema* ou *O Guarani*<sup>7</sup>, que dramatizavam a formação da sociedade e/ou da nação brasileira (ainda que trabalhando com figuras indígenas fortemente idealizadas e mesmo europeizadas), davam conta de construir, no plano do imaginário, uma imagem do país capaz de aparecer, aos olhos das massas letradas da época, como positiva e legítima, embora lidando com o “conflito inicial” do encontro entre europeus e nativos do Novo Mundo. Além disso, esses romances não apenas partiam desse índio idealizado *à la européia* mas o colocavam no centro da cena; cena essa, entretanto, conduzida, ela também, *à la européia*. Assim, esse índio que ocupa o lugar do protagonista é, também (e na verdade), coadjuvante de um projeto de construção de uma identidade nacional, de uma sociedade espelhada no mundo civilizado europeu.

Hoje, diferentemente, os índios aparecem como os principais protagonistas dos conflitos – sejam os contemporâneos ou aquele “inicial” a que nos referíamos acima -, sinalizando, em franca e surpreendente discordância

<sup>4</sup> Cf. LIMA, Maria e ANDERSON, Carter. “Comemorações debaixo de críticas” in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>5</sup> Ibidem. O Baile da Ilha Fiscal, o último antes da queda do Império, tornou-se uma espécie de símbolo da decadência das elites dirigentes (mais detalhes sobre esse baile, cf. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997).

<sup>6</sup> As críticas maiores vão para o ministro Rafael Greca, coordenador da comissão que organizou os festejos. Seus desafetos riam às escondidas de idéias suas. Alguns chegaram a sugerir que o ministro pensou em comprar cuecas cor da pele para os índios (ver LIMA, Maria e ANDERSON, Carter. Op. cit. e VASCONCELOS, Adriana e FERNANDES, Diana. “Nau de Greca afunda” in [www.globo.com](http://www.globo.com)).

<sup>7</sup> Ver de José de Alencar, *Iracema* (São Paulo, Record, 1992) e *O Guarani* (São Paulo, Ática, 1994).

com os organizadores da festa, para a idéia de divisão e não de unidade nacional. Dentre os grupos minoritários, parecem ser os grandes portadores de legitimidade para protestar; pois, afinal, eram, "originalmente", os "donos dessas terras". Tornaram-se, assim, no debate em torno das comemorações, uma espécie de ícone da *usurpação* sócio-cultural.

Quanto aos demais grupos sociais que evidenciaram seu descontentamento e reação durante as comemorações, como apontamos acima, vale salientar que, hoje, dispõem de grande legitimidade para defender publicamente seus interesses, contando com ampla capacidade de mobilização e de organização; assim, é cada vez mais difícil contar com seu silêncio ou aprovação tácita e/ou imediata diante de iniciativas que firam interesses construídos no próprio jogo social, sendo fundamental que se leve em conta sua crescente visibilidade política. Esses movimentos, herdeiros de um legado político que, afinal de contas, foi construído pela própria sociedade moderna e suas grandes utopias, encampadas pelo Estado, nutrem-se também, num passado recente, da mobilização política dos anos 60 e 70, quando novos sujeitos sociais emergiram na cena social.

A celebração proposta pelo Estado apontou primordialmente na direção da velha retórica do encontro coletivo da nação e das velhas palavras de ordem tais como liberdade, fraternidade e igualdade, isto é, idéias iluministas que hoje não dão mais conta dos conflitos e de sua solução num plano simbólico. Privilegiou-se o legado europeu, evidenciando o lugar de destaque concedido às autoridades desse continente, especialmente as portuguesas, e esqueceram índios, negros e pobres.<sup>8</sup> Não é a primeira vez, aliás, que as comemorações nacionais são conduzidas dessa maneira.

Durante a Exposição Internacional de 1922, por ocasião do centenário da independência, houve várias críticas à forma excludente e não popular do perfil da festa. O objetivo do Estado era maior do que celebrar a independência: por um lado, queria-se mostrar aos países europeus que o Brasil estava em "pé de igualdade" com outras nações e, por outro, promover um processo pedagógico autoritário junto à sociedade, "civilizando-a" de forma compulsória.<sup>9</sup>

É curioso observar que talvez essa lógica autoritária ainda esteja bastante presente. Quando as autoridades se defendem dizendo que o "Brasil + 500", organizado pelo Estado, não foi só uma cerimônia oficial, um tipo de carnaval – um evento "para inglês ver" – que visava reforçar uma imagem positiva do país no mundo globalizado, mencionam as grandes exposições e eventos culturais que estão sendo realizadas ao longo deste ano. Curiosamente, repete-se a argumentação que sugere o papel pedagógico da inserção dos indivíduos em megaeventos que, na sua maioria, são inacessíveis a boa parte da população.<sup>10</sup> Trata-se, aqui, não apenas de uma exclusão física de certos eventos priorizados pelo Estado mas, fundamentalmente, de uma exclusão em um plano simbólico, no plano dos sentidos atualizados nestes megaeventos, voltados muito mais para reforçar uma imagem hegemônica ou mesmo direcionada para grandes públicos internacionais do que para atender as demandas simbólicas de diferentes e expressivos segmentos sociais locais.

Em outras palavras, o Estado perdeu a chance de fazer das camadas populares protagonistas de uma celebração, ainda que dentro de uma retórica um tanto oportunista e cínica. Apesar de, em seu discurso por ocasião da abertura das comemorações, mencionar os protestos feitos pelas minorias e reconhecer que o "povo brasileiro desperta para a cidadania e quer seu lugar como protagonista da história", o presidente Fernando Henrique enfatiza a herança portuguesa, a história que começou em Porto Seguro:<sup>11</sup>

"(...) Brasil e Portugal escrevem, hoje, um novo capítulo dessa trajetória comum. Reafirmam, juntos, na entrada do novo século, a sua vocação de entendimento e cooperação (...) Nós nos reunimos para celebrar uma herança do país cujas raízes nossos antepassados fincaram nesta terra e regaram com seu suor e sangue. Reafirmar o sonho da sociedade livre, justa e solidária que hoje nossa geração tem a vontade e oportunidade de erguer, sob os alicerces desses 500 anos. A História que começou há 5 séculos, nestas praias de Porto Seguro, deu origem a uma das grandes Nações do mundo. (...) A História nos ensinou a admirar a audácia dos navegantes que primeiro fincaram a bandeira de Portugal deste lado do

<sup>8</sup> O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou as comemorações com uma visita a Portugal (cf. "FHC inicia em Portugal comemorações dos 500 anos do Brasil" in [www.tempporeal.com.br](http://www.tempporeal.com.br)).

<sup>9</sup> Mais detalhes, ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

<sup>10</sup> Vários desses megaeventos foram questionados. Questionou-se não só a qualidade dos mesmos, mas também foram veiculadas na mídia acusações de uso irresponsável do dinheiro público. Ver sobre o debate que colocou em xeque megaexposições como a + 500 (realizada no prédio da Bienal de São Paulo) e o pavilhão do Brasil na Feira de Hannover in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>11</sup> "Agora a redescoberta do Brasil" in [www.istoe.com.br](http://www.istoe.com.br).

oceano; a admirar a fibra dos desbravadores que estenderam o domínio português pela costa e ao interior do continente, ajudado pelos nossos Bandeirantes, a bravura dos combatentes que garantiram a posse do território, no período colonial; a habilidade dos estadistas, que souberam manter a integridade do Brasil na independência e conseguiram a demarcação pacífica de nossas fronteiras, durante o Império e início da República.”<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo, as minorias encararam o evento como uma rara oportunidade de dar visibilidade a sua exclusão tanto no plano real quanto simbólico, acentuando a existência de vários Brasis, enfim, afirmando diferenças e fissuras sociais.<sup>13</sup> Os títulos associados ao evento dos 500 anos, na versão de cada um de seus interlocutores mais destacados, explicitam, de forma clara, o caráter francamente diferenciado de cada uma das posições: de um lado, a celebração oficial intitulada “500+”, apostando na positividade de uma trajetória e na crença em um futuro promissor; de outro, as manifestações dos movimentos sociais recobertas pela expressão “Outros 500”<sup>14</sup>, enfatizando a denúncia da existência de um “outro Brasil”, esquecido e sufocado, e da necessidade de lhe dar visibilidade pública e mesmo legitimidade, numa hora em que o país ocupava um lugar de destaque no cenário internacional.

Em manifestos amplamente divulgados na mídia, movimentos sociais como, por exemplo, “Conselho Indigenista Missionário” e “Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” difundiam a seguinte posição das minorias:

“Aproxima-se a data – 22 de abril de 2000 – que nos fará refletir sobre 500 anos atrás, quando um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial. Aqui viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo – menos de anticorpos para doenças européias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem o impulso de violência depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás dizendo que estavam descobrindo o Novo Mundo e que para estas terras trariam seus ideais de civilização, progresso e evangelização. (...) fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar em definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe (...) pretendemos revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos negros escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos (...) Para as comemorações oficiais inexistente a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro (...)”<sup>15</sup>

Complicando a situação, o conflito que aparentemente se restringiria ao plano discursivo e simbólico ganhou as ruas do país (por exemplo, vários relógios de rua comemorativos dos 500 anos confeccionados, para a festa, pela Rede Globo, foram depredados)<sup>16</sup> especialmente as do Sul da Bahia, para onde se dirigiu um grande número de marchas e passeatas organizadas pelas minorias sociais. O ápice desse confronto ocorreu em Cabralia: a polícia não só destruiu um monumento de protesto construído pelos índios como também reprimiu uma marcha que reunia sem-terra, índios, anarcopunks, estudantes e integrantes do movimento negro e que buscava chegar a Porto Seguro, onde os presidentes do Brasil e de Portugal dariam início às comemorações oficiais.<sup>17</sup> Aliás, na véspera da data de início das comemorações, o presidente FHC criticou duramente as ações do MST (Movimento dos Sem-Terra), da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) que lideraram os protestos contra as comemorações oficiais.<sup>18</sup>

A repercussão desses conflitos - que resultaram na prisão de 141 pessoas e 30 feridos - foi enorme, especialmente na mídia internacional. Uma foto de um índio ajoelhado e de braços abertos, pedindo clemência ao policial

---

<sup>12</sup> Mais detalhes, ver discurso do presidente da República Fernando Henrique Cardoso por ocasião da abertura das comemorações dos 500 anos do descobrimento in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>13</sup> O Grupo Gay da Bahia, por exemplo, aproveitou a ocasião para divulgar a lista de cem personalidades gays da história do Brasil (cf. “Gays festejam 500 anos com lista de ilustres” in [www.globo.com](http://www.globo.com)).

<sup>14</sup> O nome escolhido remete também à expressão popular “isto são outros 500”, ou seja, trata-se de uma “outra coisa”, o que envolve um sentido de negação em relação ao que estaria sendo afirmado.

<sup>15</sup> Cf. Manifesto Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>16</sup> SOARES, Moema. “Estudantes são detidos ao atear fogo no relógio da TV Globo” in [www.temporeal.com.br](http://www.temporeal.com.br), 18/04/2000.

<sup>17</sup> LINS, Leticia. “Conflito na terra do descobrimento” in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>18</sup> VASCONCELOS, Adriana e outros. “FH compara MST a facistas” in [www.globo.com](http://www.globo.com).

agressor, divulgada em vários veículos de comunicação virou uma espécie de ícone que traduziria o fracasso da festa.<sup>19</sup> O próprio Ministro da Justiça José Gregori admitiu que o confronto entre policiais militares e manifestantes na festa do Descobrimento arranhou a imagem do Brasil no exterior.<sup>20</sup>

As confusões da festa produziram algumas baixas nos altos escalões do governo. Além de Rafael Greca, que naufragou junto com sua réplica da Nau Capitânia que nunca conseguiu navegar e participar das celebrações<sup>21</sup>, o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), inconformado com o que ele classificou de quase um "estado e sítio" não declarado no estado da Bahia, pediu demissão e qualificou como abusiva a atuação da Polícia Militar local:

(...)as comemorações começaram com a destruição de um monumento de protesto concluído e instalado por indígenas e terminaram com a repressão policial contra uma marcha pacífica. Parece que aconteceu, em uma semana, o mesmo que ocorreu nestes 500 anos.<sup>22</sup>

A proposta da marcha, segundo seus organizadores, era exigir que "índios e negros façam parte de uma história que não começou com Pedro Álvares Cabral."<sup>23</sup> De acordo com os indígenas que participaram da marcha, um dos principais objetivos da festa não foi atingido: entregar cartas e documentos ao presidente Fernando Henrique com denúncias e reivindicações desse grupo social.<sup>24</sup>

A Igreja Católica, que reproduziu nas comemorações o ritual da Primeira Missa rezada no Brasil, também reeditou um dos seus piores papéis: o de minimizar ou mesmo ocultar injustiças e conflitos presentes em sociedades. Curiosamente nessa ocasião também, durante um ato ecumênico realizado após a missa, a Igreja pediu perdão aos índios e negros. O segundo nome na hierarquia do Vaticano, cardeal Angelo Sodano, que realizou a missa, assim classificou os conflitos: "o Brasil planeja bem suas coisas. Dificuldades acontecem em todas as famílias, em todos os povos, em todas as nações (...)"<sup>25</sup>

Como forma de minimizar a repercussão negativa desses conflitos, especialmente com os grupos indígenas, o ministro da justiça José Gregori anunciou que, em breve, os índios alcançarão cidadania plena, passando a não mais estar sob a tutela do Estado.<sup>26</sup>

## A CRISE DO BRASIL MODERNO

O que era, portanto, para ser uma grande festa coletiva que reforçaria idéias como "democracia racial", "cordialidade" etc. – todas idéias, mais que modernas, modernistas – revelou-se um enorme conflito, negando a força simbólica contemporânea dessas idéias. Se, ao longo dos anos 20/30, quando se construía um projeto de Brasil, por sua vez marcadamente moderno, essas idéias tinham alta "eficácia simbólica", hoje, elas aparecem socialmente desgastadas e pouco atraentes na medida em que não mais conseguem traduzir as expectativas de significativas parcelas da população, não produzindo, conseqüentemente, uma idéia de unidade nacional. Desde pelo menos meados dos anos 70, vivemos a implosão deste modelo moderno de Brasil e a busca tortuosa e instigante de um Brasil contemporâneo<sup>27</sup>, capaz de lidar, entre outras coisas, de modo aberto e positivo, com a pluralidade presente hoje no dia-a-dia da sociedade.

<sup>19</sup> HARA, Helio e RODRIGUES, Cassia. "Para jornais de EUA e Europa, festa fracassou" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>20</sup> JUNGBLUT, Cristiane e OCTAVIO, Chico. "Violência desgasta imagem" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>21</sup> A réplica da Nau Capitânia foi um dos grande vexames da festa. Não conseguiu navegar de Salvador a Porto Seguro e participar da festa. Ficou a deriva várias horas e foi rebocada para o Porto de Aratu, na Bahia, onde foi constatado que havia várias falhas na sua concepção e elaboração. O barco construído pelo Clube Naval do Rio de Janeiro custou aos cofres públicos R\$ 2,5 milhões. Uma comissão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia descobriu que o responsável pela construção do navio não tinha registro em nenhum dos conselhos da categoria no Brasil (cf. "Naufrágio completo" in [www.odia.com.br](http://www.odia.com.br), 08 de junho de 2000 e "Capitânia, o mico da festa" in [www.odia.com.br](http://www.odia.com.br), 29 de abril de 2000).

<sup>22</sup> "Gregori se antecipa e demite presidente da Funai" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>23</sup> LINS, Leticia. "Manifestação Brasil: outros 500 quer reunir 40 mil em marcha de protesto" in [www.globo.com](http://www.globo.com)

<sup>24</sup> LINS, Leticia. "Os guerreiros Xavantes voltaram para casa chorando" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>25</sup> MELO, Fabiana e outros. "Secretário de Estado do Vaticano minimiza violência em Porto Seguro" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>26</sup> Pelo novo estatuto, os índios passariam a ter autonomia financeira e poder de gerência econômica sobre os recursos naturais de suas reservas (cf. MENDES, Vannildo. "Projeto dá responsabilidade penal a índios" in [www.globo.com](http://www.globo.com).

<sup>27</sup> Mais detalhes, cf. PEREIRA, Carlos Alberto M. *Em busca do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

Assistimos (...) à emergência de uma pluralidade que se constitui em uma resposta alternativa à impossibilidade de realização das utopias propostas pela modernidade. (...) surgem novas estratégias de luta pelo poder e um novo potencial de conflito decorrentes do processo de segmentação dos interesses dos diferentes grupos que a emergência desta pluralidade contemporânea coloca em cena. Por sua vez, este novo conflito tem como pano de fundo a afirmação de estratégias discursivas calcadas nos princípios de uma democracia liberal dotada de uma lógica e de um arsenal próprios no que se refere ao encaminhamento das disputas e divergências. Fragmentação, crise das totalidades e das representações, falência das utopias (...) Ainda que encobrendo divergências importantes, eis alguns dos rótulos pelos quais se busca identificar a natureza da contemporaneidade. De qualquer modo, uma evidência: a clara associação entre esse momento de crise em que vivemos hoje e a desmontagem do projeto/paradigma moderno que se desenhou com ênfase especial na virada do século XIX para o XX, configurando-se de modo bastante claro ao longo dos anos 20/30 no Brasil. (...) Este processo de explicitação de um profundo momento de crise se acelera a partir dos anos 70, período em que o Brasil experimenta mudanças radicais. Aceleração da repressão por parte do Estado, modernização econômica autoritária e excludente, intensa revisão crítica dos intelectuais em função do colapso do populismo e do fracasso mais evidente das vanguardas (...)”<sup>28</sup>

Convivemos, assim, com a crescente sensação de “crise” - recobrando boa parte das experiências do cotidiano da vida social brasileira - que se fundamenta na emergência de representações que apontam para pluralidades, diferenças e para a exacerbação de conflitos. Não só a imagem do país que se confundia com a de um “paraíso tropical”, de uma “terra dadivosa” marcada pelo “pacifismo de um povo”, como também as narrativas que sustentavam essas idéias e que “(re)fundaram” o projeto moderno de uma “nação brasileira” parecem estar hoje numa evidente crise.

Além disso, essa tentativa de realização de uma grande celebração nacional ocorreu num momento de crise da idéia de Nação – não apenas brasileira -, e de ênfase na positividade dos conflitos entre etnias e grupos sociais. Basta conferir os vários movimentos regionalistas e separatistas que vêm eclodindo, nos últimos anos, no mundo, inclusive no Brasil.<sup>29</sup> Antonio Negri argumenta que, se a idéia de Nação e de uma identidade nacional foi construída dialeticamente no confronto com uma universalidade ou universalidades alternativas, hoje, no mundo globalizado, dos mercados integrados, essa universalidade apenas existe na forma onipresente do mercado capitalista mundial. Sendo assim, os grupos sociais terão grande dificuldade de identificar o “Outro”, de constituir-se positivamente como princípio nacional. Negri destaca duas conseqüências disso: a possibilidade de tomada de poder por sistemas fascistas; e a tensão para identificar novos parâmetros de identidade, para construir novas dimensões de subjetividade.

De qualquer forma, como sugere o autor, a visível crise dos estados nacionais e os processos de globalização não coincidem nem com a solução, nem com a eliminação, mas sim com o deslocamento, acirramento e transformação dos conflitos entre as diferentes comunidades e segmentos sociais.<sup>30</sup> Assim, os conflitos e disputas simbólicas que ocorreram durante a festa dos 500 anos indicariam um claro esforço de se revisitar criticamente os “mitos de fundação da Nação”, da sociedade brasileira, e, no limite, de se marcar uma identidade da “comunidade”, compreendida como *locus* de encontro afetivo/simbólico, na medida em que a idéia de nação brasileira constitui-se numa identidade frágil, um tanto diluída e/ou incapaz de dar conta, simultaneamente, do conjunto de questões e interesses que mobilizam os diferentes grupos sociais do país. Aproveitando a pista de Negri, podemos deixar a sugestiva pergunta: quem somos “nós” e quem são os “outros” nas comemorações dos 500 anos?

O que, finalmente, está em jogo nos embates, nas tensões que envolvem comemorações deste tipo? A construção de uma memória nacional, que como ressaltava Gerárd Namer é sempre elaborada em meio a práticas sociais. Ao se falar de memória, podemos pensar não apenas nas práticas individuais ou grupais de recordação mas na própria prática coletiva de construção de grandes narrativas que delineiam versões acordadas sobre o passado. Neste sentido, mesmo as narrativas que ganham a condição de memória nacional

<sup>28</sup> Sobre a crise da modernidade no Brasil, ver HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. *A invenção do Brasil Moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 9-11.

<sup>29</sup> Mais detalhes, ver OLIVEN, Ruben G. “Velhos e novos regionalismos: o Rio Grande do Sul e o Brasil” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, n. 4, janeiro-abril de 1998, p. 67-96.

<sup>30</sup> Ver NEGRI, Antonio. “Nações, racismo e nova universalidade” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, n. 4, janeiro-abril de 1998, p. 45-52.

são ainda narrativas de grupos, que são igualmente selecionadas e cujo sentido se dá intimamente ligado à identidade do grupo.<sup>31</sup> Deste modo, atuar de forma celebratória ou crítica na festa dos 500 anos significa para diferentes grupos sociais e instituições construir aquilo que Namer denomina de uma "memória-mensagem". Esta se caracteriza pela "vontade de difundir, conservar, manter ou renovar uma memória"<sup>32</sup>, costumes ou tradições.

De certa forma, poder-se-ia afirmar que as autoridades perderam a oportunidade de reinventar a tradição de celebrar a "nação brasileira". Hobsbawn e Ranger em *A invenção das tradições* já ressaltavam que, para se manterem vivas, as tradições necessitam se atualizar. Segundo os autores, elas devem mudar quando as antigas tradições já não oferecem aquela sensação de unidade, de universo fechado, quando já aparecem frestas, contradições, quando grupos ou indivíduos oferecem uma alternativa de leitura da realidade.<sup>33</sup> Longe de achar que se trata do fim da celebração nacional no Brasil, acreditamos que o fato do Estado não ter previsto uma maior participação popular, acabou evidenciando a crise por que passa uma certa concepção do que seja a "Nação".

Qual foi, finalmente, o papel da mídia nesse conflito que se deu especialmente no terreno simbólico? Apesar da mídia ser um espaço com inúmeras limitações e formatos, voltado para a elaboração de imagens normatizadoras, ela também produz com alguma frequência "frestas" nas quais o *Outro* emerge (Outros 500); isto é, constitui-se também em uma arena, um espaço fundamental para a percepção das diferenças. Será justamente na mídia que essas narrativas minoritárias ou memórias-mensagem conseguem produzir uma (re)leitura crítica do passado - fazer um "enquadramento de suas memórias"<sup>34</sup> - e sinalizar "projetos"<sup>35</sup> e reivindicações.

No dia 20 de agosto desse ano, pouco antes da finalização desse trabalho, os telejornais noticiaram, de forma melancólica, que a Nau Capitânia, construída pelo governo brasileiro para a festa, havia, finalmente, deixado a Bahia e se dirigia ao Rio de Janeiro. Era a imagem de um barco solitário, dirigindo-se para um horizonte cheio de nuvens carregadas, na rota de um futuro incerto. As falhas operacionais, desencontros e atrasos que envolveram a realização e a partida da nau - ícone da colonização -, parecem, agora, sintetizar a forma inábil e tumultuada como as elites e o Estado não só organizaram e realizaram a festa como também vêm conduzindo a trajetória da "nau/nação brasileira", visivelmente, hoje, em crise. Crise essa já francamente admitida tanto pelos que estão dentro do barco quanto por aqueles que tentam estar a bordo (sem muito sucesso, diga-se de passagem).

Passada a festa, fica no ar o sentimento público, coletivo de uma incapacidade um tanto crônica de incorporar política e positivamente os diferentes conflitos sócio-culturais que, cada dia mais, são uma marca indelével da vida social; uma enorme dificuldade de incorporar, à agenda nacional, a agenda de significativas minorias, num momento em que já não é tão fácil silenciá-las devido a sua forte organização e visibilidade política. Trata-se de mera incompetência das elites locais ou estamos também diante de um impasse histórico, mais profundo, expresso pela incapacidade crescente da "forma nação", pelo menos nas suas versões mais tradicionais, dar conta de seduzir os diferentes atores e segmentos sociais enquanto uma narrativa totalizante e convincente? De uma forma ou de outra, a história segue seu rumo e, como não podia deixar de ser, "la nave va"...

<sup>31</sup> Gerárd Namer, em *Mémoire et société*, irá aprofundar algumas das idéias de Halbwachs (cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1990). Namer mesmo concordando com a idéia de que a memória é constituída dentro do grupo, relativiza esse pressuposto por demais Durkheimiano de Halbwachs, ressaltando a dimensão da negociação, de um diálogo interiorizado com o social, constituído a partir de diferentes referências (cf. NAMER, Gerard. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987).

<sup>32</sup> Cf. NAMER, Gerard. Op. cit., p. 142.

<sup>33</sup> Ver HOBBSBAWN, Eric. et RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. RJ, Paz e Terra, 1984.

<sup>34</sup> POLLACK, Michel. "Memória, esquecimento e silêncio" in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

<sup>35</sup> Estamos encarando a noção de projetos no sentido sugerido por Gilberto Velho, isto é, como um "campo de possibilidades" (ver a respeito VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994).

